

cotidiano

# Os perrengues dos pais das gerações Z e Alpha

Desde quando os adultos passaram a temer a adolescência dos filhos?

Vera Iaconelli

Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "O Mal-estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

Hoje se diz que "o melhor da adolescência é que ela acaba", mas já houve tempo em que esse período não era considerado problemático. A passagem da infância para a vida adulta se dava num empurrão mais ou menos sem dó e foi apenas no século 20 que a coisa mudou de figura.

Com os tempos alargados de espera e preparação para entrada em um mundo com pouca capacidade de absorção dos jovens, a adolescência tornou-se interminável e motivo de apreensão para os pais.

A coisa tomou tamanha proporção que, no primeiro acesso de birra do filho aos dois anos, os pais já se perguntam como farão para encarar as crises adolescentes.

Pais e mães das gerações Z e Alpha formam, por sua vez, uma geração marcada pelas falsas expectativas quanto às suas funções. Entre elas: não frustrar, não contrariar, não deixar sofrer, não tolher talentos, tudo explicar — se certificar de que a criança entendeu as razões dos limites — e agradecer os filhos a todo custo.

temo a cartilha da educação que a mídia vende.

Para aqueles que abraçam essa causa impossível, todo o processo de separação e emancipação dos filhos gera uma contradição insuperável. Das birras da infância à bateção de porta adoleta, o rumo à independência não orna com a busca por agradar os filhos.

Na contramão dessa falsa mentalidade, o que se espera de fato dos adultos é que sejam firmes o suficiente para aguentar ser odiados e odiar por impor as cobranças que

lhes cabem impor sem que isso resulte em culpa excessiva ou demonstrações inaceitáveis desse ódio. Para isso, eles têm que abrir mão da recompensa narcísica que o bebê e a criança pequena costumam oferecer aos cuidadores. Não importa o quão falhos sejam os pais nesses primórdios, dificilmente a criança será capaz de reconhecer isso e tenderá a adorá-los muito além de seus méritos.

Não é fácil ver aquele olhar apaixonado se transformar em fulminante ou virado nas órbi-

tas. Dá para termos uma ideia então de como a função de se separar — que implica em tirar os cuidadores do lugar idealizado — fere as expectativas dos pais atuais e os deixa frustrados e temerosos, supondo que se eles se esforçarem mais com eles seria diferente.

Mas a meta real é que as crianças aprendam a nos odiar sem nos desprezarem e que saibam que nosso amor não acaba por isso. O mesmo valendo para o reconhecimento do nosso ódio por elas — que não tem direito a expressão violenta. Quando se aspira jogar isso para debaixo do tapete, se teremos culpa, dificuldade de comunicação e ciclos de raiva e frustração.

Adolescência é um período que pode renovar os mais velhos e trazê-los para perto da atualidade, das novas formas de pensar. Mas para isso os adultos não podem ficar muito assombrados com os nativos digitais, com ChatGPTs e outras tecnologias que virão.

A ideia aqui é que possamos nos aproximar das crianças com abertura e curiosidade o suficiente para que elas se sintam confiantes para compartilhar aquilo que é específico da geração delas.

Como nos lembra o psiquiatra e psicoterapeuta Darius Leskauers em ensaio sobre os zoomers ("Generation Z - Everyday living with an auxiliary ego"), existe apego real entre o jovem e as mídias, uma vez que elas funcionam desde a mais tenra idade como verdadeiros egos auxiliares. Nesse sentido, as tecnologias, que tudo respondem, registram e intermedeiam, concorrem com a função de pais.

Mas, sobre o desejo, o amor e a história que nos trouxe ao mundo, a virtualidade não tem nada a dizer. Portanto, pais e mães, por menos que entendam da virtualidade, só ficarão anacrônicos se não forem capazes de reconhecer seu valor, que está na exata medida de serem apenas humanos.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QU. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

# Morosidade em titulação prejudica quilombos e gera suspeita de racismo

Processo pode levar mais de 20 anos e, muitas vezes, deixa comunidades vulneráveis a invasões

## QUILOMBOS DO BRASIL

Marina Lourenço e Tayguara Ribeiro

SÃO PAULO "É um direito. É como um reconhecimento da escravidão praticada contra o nosso povo", afirma Oswaldo dos Santos, 54, ao definir a importância da titulação do quilombo Porto Velho, na região do vale do Ribeira, em São Paulo, onde nasceu e vive até hoje.

Já faz mais de 20 anos que a comunidade dele luta pelo título, documento que oficializaria a propriedade do território ocupado. Ainda assim, parece distante de conquistá-lo.

Santos, um dos líderes da associação do quilombo, diz que a busca pelo título é, acima de tudo, uma tentativa de interromper as invasões nas áreas da comunidade, o que, segundo ele, é constante e põe em risco a vida dos moradores.

"[O título] é para garantir às famílias a permanência da cultura da comunidade", acrescenta. "É para que agente não receba mais tanta ameaça [de expulsão e de violência]."

Embora tenha suas próprias especificidades, a situação fundiária do Porto Velho é semelhante à de vários outros quilombos brasileiros.

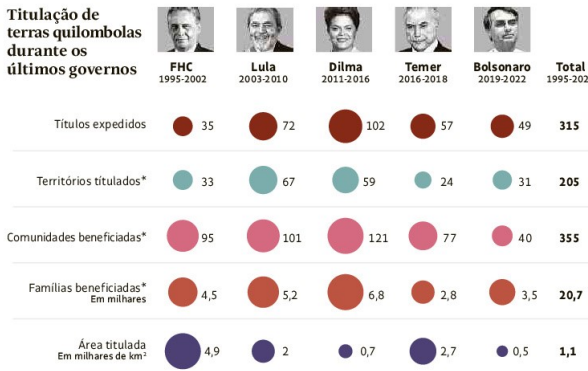
Direito assegurado pelo artigo 68 da Constituição, a regularização de terras quilombolas caminha, muitas vezes, a passos lentos — e em alguns casos, nem sequer sai do lugar. Não à toa, somente 5% das mais de 6.000 comunidades existentes no país são tituladas.

Dividido em várias etapas, o processo de regularização fundiária se inicia com a autoidentificação de uma comunidade. Depois, é submetido às fases de certificação, delimitação, demarcação e, em alguns casos, desapropriação de terrenos.

Quem emite a certificação das comunidades é a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. Já as demais etapas são de responsabilidade do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ou dos institutos de terras estaduais e municipais.

Os três primeiros quilombos titulados no Brasil foram os de Boa Vista, Água Fria e Pacoval do Alenquer — todos

Titulação de terras quilombolas durante os últimos governos



Titulação entre 1995 e 2022. Área, em milhares de hectares



\* Foram agregados os títulos expedidos pelos órgãos federais, estaduais e municipais nos períodos. Há territórios que receberam títulos em períodos de governos diferentes, por isso a soma dos dados diverge do número indicado na linha total, cujo valor refere-se ao quantitativo real de territórios do período de 1995 a 2022. Fonte: Incra



Oswaldo dos Santos, do Quilombo Porto Velho, da região do vale do Ribeira (SP), prepara farinha de mandioca. Manoela Meyer/ISA

no Pará —, em 1995. De lá para cá, o país emitiu 322 títulos no total. Juntos, correspondem a menos de 1% do território nacional.

"Vários processos de titulação levam dez, 15, 20 anos. Não dá para olhar toda essa morosidade sem falar em racismo institucional. O reconhecimento desses territórios sempre fica em segundo plano", diz Milene Maia, coordenadora de programas do ISA (Instituto Socioambiental), entidade conhecida por pesquisas e ações de defesa de povos quilombolas, caiçaras, indígenas e ribeirinhos.

Além do racismo institucional, Maia atribui a demora da regularização fundiária a interesses políticos e agrá-

rios sobre esses territórios. Para ela, o sistema de titulação precisa urgentemente ser revisado e modificado.

Só no Incra existem hoje 1.802 processos abertos sobre a regularização de territórios quilombolas à espera de uma conclusão.

Questionado sobre o tempo levado na titulação, o Incra afirma que "o andamento dos processos também envolve a atuação de outros entes, cada um com seu próprio rito e tempo de tramitação processual".

O órgão diz ainda que é prejudicado por "restrições orçamentárias" e garante que medidas estão sendo tomadas pelos gestores atuais para "reverter esse quadro", mas não entra em detalhes sobre

Vários processos de titulação levam dez, 15, 20 anos. Não dá para olhar toda essa morosidade sem falar em racismo institucional. O reconhecimento desses territórios sempre fica em segundo plano

Milene Maia coordenadora de programas do ISA (Instituto Socioambiental)

possíveis mudanças.

Segundo Milene Maia, do ISA, a maioria dos "processos empacados" paralisa durante a elaboração do chamado RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) que reúne informações históricas, antropológicas, cartográficas, ecológicas e fundiárias da comunidade.

É geralmente nessa fase que, ainda na visão dela, interesses externos aos do quilombo entram em ação para dificultar o processo — por meio de articulações com membros dos órgãos responsáveis pela avaliação do documento.

O quilombo Porto Velho é um caso repleto de entraves. A comunidade foi reconhecida oficialmente em 2003 pelo

Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e certificada em 2006 pela Fundação Cultural Palmares. Sete anos depois, teve seu RTID concluído, mas só viu o documento ser publicado em 2016. Ainda hoje aguarda a finalização dos trâmites burocráticos.

Localizada entre as cidades de Itaóca e Iporanga, a área que a comunidade reivindica tem cerca de 966 hectares e passou a ser ocupada pelos antepassados dos atuais moradores no século 18, quando negros escravizados foram transportados à força para uma fazenda da região. Conhecida pela produção de mel e de farinha de mandioca, a comunidade tem hoje 27 famílias e integra uma rede de cultivo sustentável do vale do Ribeira.

Advogada de povos e comunidades tradicionais, Patricia de Menezes Cardoso explica que a titulação de terras quilombolas se dá em nome da associação de cada comunidade, "na modalidade de propriedade coletiva".

Segundo ela, que é membro da Comissão de Direito Administrativo da OAB-SP, a regularização fundiária é uma medida de reparação histórica com os povos escravizados no país. Isso explicaria o por que a legislação proíbe que terrenos titulados sejam divididos, fracionados ou vendidos — condição que dificulta a especulação imobiliária nessas áreas.

Título nenhum, porém, é sinônimo de paz. Ou pelo menos é assim que Rafaela Santos, advogada da Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras e moradora do Porto Velho, avalia a situação.

Ela afirma que pouco adianta titular áreas se outras políticas forem ignoradas. Como exemplo, cita a desapropriação de terrenos — medida de despejo e indenização dada às pessoas que não pertencem ao quilombo, mas ocupam seu território.

"Não basta emitir um papel. É fundamental pensar na resolução dos conflitos", diz. "É importante fazer a desapropriação e oferecer canais de denúncia [de violação dos direitos quilombolas]."

A advogada diz ainda que a tensão nos quilombos se intensificou nos últimos anos, com o governo Bolsonaro. Na sua avaliação, o aumento dos conflitos teria acontecido tanto em nível federal quanto estadual e municipal.

Apesar de se mostrar empolgada com a chegada de Lula (PT) ao poder, Rafaela Santos diz ter "fortes dúvidas" sobre a postura do novo governo em relação às reivindicações quilombolas. "Até agora, não sinto que seja, de fato, uma prioridade."

O projeto Quilombos do Brasil é uma parceria com a Fundação Ford